

DA DISTENSÃO À ABERTURA AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)



Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by
Alexandre de S. C. Barros et al.
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:
Fatima Rejane de Meneses
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:
Antônio Batista Filho

Arte-final:
Valperino Andrade

Capa:
Luiz Eduardo Rezende

ISBN
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.
Fleischer, David, org.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	07
APRESENTAÇÃO	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983)	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretária do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Doméstico, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).

O CONTEXTO

Capítulo 2

DEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA*

Fernando Henrique Cardoso

Nesta reavaliação sobre a importância do tema da democracia não cabe revisão ou defesa: há dez anos eu não via a possibilidade de metamorfose do regime autoritário e não poucos viam em sua permanência tendência irreversível. Seja pelas contingências da situação estrutural de dependência, seja por uma espécie de vocação autoritária inerente à formação histórica da sociedade brasileira, o futuro parecia imerso no autoritarismo.

Entretanto, num ponto, pelo menos, o capítulo do *Authoritarian Brazil*¹ que escrevi era – e é – consistente: a ênfase não foi posta na reafirmação do processo de dependência, mas na novidade do desenvolvimento-associado, embora dependente. Carece de sentido voltar à velha polêmica, na qual eu via (como repeti tantas vezes ainda há pouco em polêmica com Marini)² o “dinamismo” da industrialização da periferia e não a estagnação do modelo “colonial-exportador”.

Pois bem, as conseqüências, como diria o velho conselheiro Acácio dos romances de Eça de Queiroz, vêm sempre depois. Mas vêm. E, no caso brasileiro, vieram. Assistimos, nas duas últimas décadas, a uma transformação sem precedentes. Hoje é ocioso discutir sobre a natureza do desenvolvimento ocorrido, para especular sobre até que ponto houve transferência do sistema produtivo do centro para a periferia. Houve e tão rápida e significativa que a crítica à “teoria da dependência” veio forte por este lado: ao invés de dependência teria havido interdependência.

Naturalmente, para os autores que confundiram dependência com estagnação e desenvolvimento da periferia com a renovação dos vínculos imperialistas tradicionais, o exemplo da industrialização brasileira é suficiente para pôr em xeque o castelo de cartas de um edifício teórico mal-acabado. Foram vãs as tentativas de construir leis da industrialização dependente e regularidades históricas capazes de fundamentar um novo tipo de funcionamento das sociedades periféricas ao mundo ocidental.

Nada, entretanto, abalou as velhas anotações cepalinas sobre o *deterioro de los términos de intercambio*, sobre a velocidade diferencial da queda de preço dos produtos primário-exportadores no período de declínio do ciclo econômico com relação aos produtos industrializados, nem a recíproca inversa no que diz respeito aos períodos de expansão³.

* Trabalho apresentado à Conferência *Democratizing Brazil?*, Yale University, New Haven, CT, de 1º a 4 de março de 1983.

Tampouco se desfizeram as estacas fincadas na análise da nova estrutura do sistema produtivo internacional, que delinearam o papel dinâmico do investimento na periferia. Este, feito pelas empresas multinacionais, reproduziu o vínculo assimétrico entre o centro e a periferia por intermédio do controle da tecnologia (da produção de invenções) e do sistema financeiro.

Está, portanto, à vista o que antes já se vislumbrava e alguns se obstinavam em não ver: existe o desenvolvimento econômico da periferia; ele não é mero “crescimento econômico” sem redistribuição de recursos e sem transformações estruturais de fundo; mas não se rompem os vínculos de dependência, nem ocorre apenas um gigantesco processo de “interdependência”. Noutras palavras, o processo de “dominação” entre Estados-nações – por intermédio de canais econômicos renovados – continua a ocorrer no sistema capitalista internacional, a despeito da internacionalização do processo produtivo, embora ocorra significativa transformação na estrutura social dos países dependentes e apesar de que aumente consideravelmente a capacidade produtiva interna de alguns destes países.

À luz dessas transformações históricas e com a perspectiva do tempo, a antiga polêmica relativa à crítica a meus ensaios sobre dependência no sentido de que neles havia uma substituição do primado da “classe social” pelo primado da “nação”, reduz-se ao que sempre foi: a um equívoco⁴. Todo o esforço teórico que realizei foi para mostrar que a situação de dependência gera uma situação de classe específica e que no plano político a temática das classes e de sua luta não pode separar-se da temática da nação e de sua expressão política, o Estado. Uma autonomia das classes sem referência à dupla determinação da situação destas pelo sistema produtivo (que no caso se internacionalizara) e pelas formas de dominação – internas, consubstanciadas no Estado, e externas, exercidas pelos países centrais – de pouco serve para compreender a dinâmica da sociedade.

É neste ponto, precisamente, que se dá a confluência do desafio que ora se propõe: como explicar, no plano histórico, que um processo de desenvolvimento dependente-associado se tenha aberto a um elenco de possibilidades políticas que resultaram no debilitamento da ordem autoritária? Como justificar, no plano teórico, uma posição democrática em países marcados pela heterogeneidade (estrutural, no dizer de muitos) inter e intraclasses, pela permanência de bolsões de pobreza e pelas desigualdades?

Neste capítulo deixarei de lado as questões relativas à forma, à natureza e aos limites do processo econômico de desenvolvimento dependente-associado (mantendo, entretanto, o conceito como instrumento necessário para descrever o processo de industrialização brasileira) para concentrar-me na questão política enunciada acima. Descreverei, sumariamente, nas páginas seguintes, as consequências das transformações econômicas no plano da estrutura da sociedade brasileira, para, depois, enfrentar a questão política da relação entre Estado e “este tipo” de sociedade e a questão político-ideológica, da definição do “campo da democracia”, no contexto político brasileiro. Embora neste livro outros tratem do tema, voltarei à questão dos partidos, do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais. Por fim, elaborarei elementos para uma teoria sobre os alcances e limites da generalização da forma de

democracia das sociedades industriais avançadas (“programadas”, como prefere Touraine, “de massa”, como na sociologia dos anos cinquenta, ou pós-industrial – talvez “de serviços” – como preferem outros) para as sociedades que se industrializam na periferia. Neste contexto, discutirei alguns aspectos da teoria da mudança social e política neste tipo de sociedade.

A Nova Sociedade

A hipótese muito difundida de que a sociedade brasileira, com a industrialização acelerada pelos investimentos multinacionais, acabaria por gerar uma espécie de “nova dualidade” evanesceu-se diante dos resultados históricos. Não se viu a cristalização de uma Bélgica de prosperidade e industrialização, no oceano de miséria e marginalidade correspondente a uma Índia.

Na realidade os dados mostram que:

1. houve aumento acentuado da massa de trabalhadores engajados no setor secundário da economia (que dobrou a cada 10 anos);
2. se bem a industrialização concentrou-se espacialmente, este processo não se deu sem que “manchas industriais” marcassem o Nordeste e, em menor proporção, o próprio Norte;
3. a forma adotada pela acumulação e pelo investimento “não reproduz”, com atraso de décadas, o “modelo prussiano” (de concentração do investimento na indústria de base) nem mesmo o “modelo americano”, do fordismo⁵. Verifica-se um tipo de desenvolvimento baseado na combinação da forma de “industrialização invertida” (que começa pelos produtos finais do tipo “consumo de massa”: TV, autos, *linea blanca*, etc. – e se faz pela transferência de tecnologia em caixas-pretas) com a forma de industrialização que absorve efetivamente o progresso técnico e abre investimentos em setores de bens de capital e, em menor escala, nos setores “de ponta” da segunda linha da fronteira tecnológica (computadores, p. ex.);
4. tudo isso, no contexto de uma forte reação em cadeia entre investimentos propriamente industriais e investimentos na área de serviços;
5. a tal ponto que as hipóteses sobre “inchação” do setor terciário (tido neste caso como “não-moderno” e como um mero expediente para disfarçar o desemprego) tornaram-se pouco consistentes diante do avanço efetivo do “terciário moderno” e dos serviços produtivos diretamente ligados à expansão dos produtos industriais⁶;
6. houve também – e de modo acelerado – a capitalização da agricultura⁷, criando-se uma estrutura agrária que possui três eixos de dinamismo:
 - a. as inversões nas áreas pioneiras;
 - b. a capitalização da propriedade ou da unidade produtiva de base familiar;
 - c. a grande empresa capitalista nas áreas tradicionais de exploração agrícola, responsável pela expansão do “proletariado rural”;

7. convém ressaltar que o dinamismo desencadeado pelo processo de desenvolvimento dependente-associado também atuou sobre os níveis de pobreza e sobre a distribuição da renda no país, não no sentido de aumentar a igualdade social, mas no sentido de elevar o piso da renda e de permitir efeitos limitados mas reais do processo de *trickle-down*. Por osmose, e a golpe de conta-gotas, houve aumento de participação em níveis absolutos da renda e processos limitados de transferência relativa no que respeita e beneficia estratos médios-altos de renda⁸;
8. todo este processo de deu no contexto de uma participação crescente – de início – do investimento estrangeiro e, mais tarde, requerendo uma sustentação financeira internacional também crescente. A tal ponto que, com a recessão mundial e a conseqüente diminuição das exportações e de seu valor, a expansão da “dívida externa” voltou a ser condição necessária para sustentar a atividade econômica local;
9. apesar do vínculo crescente com o exterior o “mercado interno” absorveu o grosso da expansão produtiva, e o “coeficiente de abertura” da economia brasileira ao exterior não aumentou.

A sociedade engendrada pelo tipo de desenvolvimento dependente-associado sintetiza contraditoriamente efeitos típicos das “sociedades de massa”, com aspectos do tipo de sociedade que no passado foi chamado de “dual”, marcada, por um lado, pela pobreza e relativa indiferenciação da massa constituída pelas “classes subalternas” do campo e da cidade e, por outro, pela estrutura mais integrada e mais marcadamente classista dos setores internacionalizados do sistema produtivo, tanto do campo quanto da cidade.

Seria errôneo, entretanto, como tantos autores já mostraram, conceber a nova dicotomia (sociedade de massas *versus* sociedade dual) e a oposição interna à sociedade dual (sociedade moderna *versus* sociedade tradicional) como expressão de uma desestruturação ou da inexistência de vínculos hierarquizados entre as partes componentes do todo social. Para algo serviu o debate dos anos sessenta, de crítica à dualidade estrutural⁹. Não caberia reintroduzir oposições estáticas: ao contrário, para caracterizar o *blend* específico formado socialmente pelo desenvolvimento dependente-associado é preciso dotá-lo de movimento e linhas de determinação capazes de ajudar a compreender a natureza destas sociedades.

Repetindo e retomando: nem o padrão de desenvolvimento em curso é uma simples réplica da história vivida pelos países de desenvolvimento originário, nem a sociedade emergente se reduz à oposição entre o “tradicional” e o “moderno”, nem este último pode ser assumido como conhecido e já definido pela história dos países capitalistas desenvolvidos.

Hirschman, com seu talento heterodoxo, chamou a atenção para o inesperado no desenvolvimento econômico: uma linha aérea, por exemplo, pode ser melhor gerida e mais eficiente num país subdesenvolvido do que uma estrada de ferro¹⁰. Pois bem, algo disso ocorre, generalizadamente, com o desenvolvimento dependente-associado. Quando se espera que ocorra o “inevitável” (em geral concebido a partir de

uma tendência extrapolada da história dos países de desenvolvimento originário), ocorre o “inesperado”.

Este “inesperado” – que no fundo é o efeito específico resultante da combinação de formas estruturais que fusionam o “velho” com o “novo”, muitas vezes de modo contraditório e sem que da contradição resulte uma síntese nova – ocorreu com as características que descrevi acima. A sociedade brasileira atual é uma síntese incompleta, expondo fraturas a olho nu, entre uma dinâmica desencadeada pela internacionalização do sistema produtivo, e outra dinâmica, de acomodações sucessivas e nem sempre bem logradas, dos interesses econômicos e sociais anteriores a este processo. O comando da transformação social é dado inequivocamente pelo setor internacionalizado da economia, a tal ponto que a expressão “setor” é enganadora, pois o “conjunto econômico” se movimenta no compasso da internacionalização. Os efeitos sociais deste, entretanto, nem correspondem ao que seria de esperar a partir de uma mera “sociologia funcional da convergência”, do tipo “tendência à homogeneização do espaço econômico mundial sob o acicate do industrialismo e das sociedades de massa”, nem se dissolvem no particularismo de uma adaptação diante das resistências da “velha estrutura”. Ambos os termos da contradição comportam-se, em parte, como uma tensão não-resolvida; em parte mais significativa, deixam entrever uma tendência de subordinação às forças centrífugas e em parte ocorrem como “inovação”. Como algo que é gerado na periferia, como “efeito próprio”.

Dito menos abstratamente, a sociedade que a industrialização periférica está gerando possui algo de específico. É cópia, mas, parafraseando a mim mesmo¹¹, cópia original. E, sendo cópia, é também cópia “desejada e programada”. Não estamos diante de um fenômeno de “irradiação” de um “círculo cultural” à la Kroeber. Nem sequer presenciamos um dinamismo social e cultural dado de antemão pela “transferência tecnológica”. Ao contrário, existe um debate sobre “a boa sociedade”, uma estratégia para alcançá-la (vista diversamente pelas forças em competição) e uma vontade de programar, pela escolha de políticas, os passos a serem dados.

É esta mistura entre “efeito inevitável” do industrialismo, escolha de formas de inserção no “mundo novo”, lastro que não pode ser jogado ao mar de um passado ritmado por outro momento histórico, que dá vitalidade, oferece dificuldade e, ao mesmo tempo, intriga e abre perspectivas de audácias na interpretação da sociedade brasileira.

Só para exemplificar: é impossível entender as pautas de mobilidade social e geográficas, as aspirações de vida e a forma de controle social prevaletentes, sem considerar que a TV e o avião constituem partes fundamentais da “nova sociedade”. Mas é também precário o entendimento desta sociedade quando não se percebe que em plena dinâmica da *Gesellschaft* – no coração industrial da sociedade de classes, no ABC de São Paulo – o momento “ético-político”, como diria Gramsci, de prevalência da escolha operária e de inserção da nova classe trabalhadora paulista, deu-se pela revitalização – momentânea, mas significativa – da *Gemeinschaft*. A solidariedade da comuna, a transcendência do cotidiano e do enfrentamento corporativo antes de passarem pelo Partido passaram pela Igreja e pela fraternidade dos locais de vizinhança¹².

Tomar um dos pólos da dicotomia e apostar nele como se fosse a expressão da “essência” da sociedade industrial periférica é dissolver a dialética que a constitui, num mecanicismo pouco esclarecedor; manter a relação entre os dois termos em permanente tensão é abdicar de entender o momento seguinte, de eventual síntese; acreditar que se sabe de antemão qual dos dois pólos contrários primará sem perceber que tanto pode haver fusão inesperada como saída momentânea pelo pólo mais “tradicional” é introduzir no esquema teórico uma filosofia do progresso ao gosto do século dezenove, que pode deixar o observador perplexo diante de uma virada inesperada da História.

É com este espírito, ao mesmo tempo de busca de regularidades e de rejeição de modelos, mas disposto a aceitar “fraturas estruturais” que rompem as regularidades, que há de ser apreendida a dinâmica da sociedade brasileira contemporânea.

Só mais um exemplo – e este crucial: a questão do Estado (a que voltarei adiante). Os observadores mais apressados haviam decretado que a empresa multinacional substituiria, com sua dinâmica internacionalizadora, a presença do Estado na economia. O Estado fora condenado, pelos mesmos críticos, ao papel de testa-de-ferro dos interesses externos: de braço político da oligarquia, transformar-se-ia – depois de militarizado – em braço armado da potência estrangeira, exército de ocupação em solo nativo.

Ledo engano: o investimento estatal cresceu nas empresas industriais e nos serviços, e a regulamentação da economia pelo Estado intensificou-se, a ponto de produzir uma reação (falaciosa) por parte da própria burguesia local que passou a ver no “estatismo” a raiz de seus infortúnios (que, na realidade, quando existiram, deveram-se à concorrência das multinacionais e à crise).

A presença do Estado tornou-se tão forte na economia que ocorreu uma espécie de inversão estrutural da velha distinção entre Estado e sociedade civil. Esta distinção, que sofrera na pena de Gramsci reformulação radical na tradição marxista, precisa ser repostada teoricamente uma vez mais para explicar o tipo de entrelaçamento vigente na sociedade brasileira. Com efeito, se Marx substituíra, nas pegadas de Hegel, a dicotomia jusnaturalista que opunha sociedade natural à sociedade civil (ao Estado), pela dicotomia sociedade política (Estado)-sociedade civil (a ordem social, as classes, os produtores), Gramsci “volta a Hegel” e opõe sociedade política à ordem privada, vista esta, entretanto, como algo mais do que meras relações econômicas. Quando Gramsci coloca o momento da hegemonia no plano da sociedade civil, “rompe” o esquema tradicional das relações entre infra-estrutura-superestrutura (mais próximo ao pensamento de Marx) no qual o Estado é parte do segundo termo, e o primado das contradições que levará à superação da dominação de classes está dado pelo primeiro termo, pelas relações sociais de produção. Gramsci começa a dissolver a rígida distinção e de certa forma reabsorve o Estado nas sociedades, à la “Estado ético” de Hegel¹³.

Pois bem, na situação de países como o Brasil, nos quais o Estado é parte, e parte importante, da ordem produtiva (privada?), é preciso também romper com a falta de entrelaçamento sugerida pela velha oposição entre Estado e sociedade civil, entre ordem política e ordem privada. Mas a ruptura dá-se a partir do pólo oposto: não se

trata apenas de que a hegemonia se desenvolve a nível das classes como luta “na sociedade”, mas trata-se de que o Estado, ao tornar-se “Estado produtor”, torna-se parte integrante da ordem econômica e, *ipso-facto*, da sociedade civil.

Não é preciso derramar muita tinta para perceber que tudo isto clama por novos esquemas teóricos capazes de explicar tanto a nova sociedade como a nova política. E clama também por outra fenomenologia das classes que, partindo do que chamei de *blend* específico das sociedades industriais dependentes, se liberte do esquematismo das analogias com as situações de desenvolvimento originário e perceba que se é certo que a industrialização cria, e cria rapidamente, um proletariado; este, por mais que cresça em números absolutos, não será mais uma posição de classe que se generaliza por seu número, posto que a nova sociedade é tanto industrial – à antiga – como de serviços e “programada”, como escreveria Touraine. De igual modo, na estrutura agrária o setor “tipicamente capitalista”(?) produz trabalhadores rurais que, por comparação com a economia camponesa da franja pioneira e com a economia familiar que se capitaliza, não tendem a avançar como mancha de óleo que se espalha no vazio do subdesenvolvimento rural. Nem se pense que, apesar do vigor do processo de capitalização, os “setores informais” do emprego (e os “marginais”) desaparecem. Eles se reproduzem, no ritmo antigo e no novo ritmo: o do “setor informal” do artesanato de luxo, da combinação eventual da técnica mais sofisticada com o emprego de mão-de-obra “liberal” (como no caso dos programadores de computação, por exemplo).

Mais ainda, no sentido próprio do termo, amplas camadas pequeno-burguesas (de uma “burguesia pequena”) transformam-se em massa assalariada nos serviços e nas fábricas; antigas “profissões liberais” tornam-se assalariadas e o *putting-out-system* moderno faz renascer falsos assalariados, que constituem mão-de-obra regular da grande indústria, que se dispersa em unidades produtivas familiares.

Voltando a análise para o vértice da pirâmide social, outras tantas surpresas irrompem a placidez de uma visão que pensa a sociedade como reprodução da ordem econômica avançada. São alguns exemplos: o empresariado estatal constitui-se como camada significativa da classe dominante; a antiga burguesia nacional “não” desaparece, mas se incrusta entre a empresa estatal e a multinacional, tratando de reservar para si espaços econômicos relativamente importantes; o grande capital estrangeiro aparece socialmente como burocracia internacionalizada constituída por administradores profissionais com forte “presença estrutural”, mas com enorme dificuldade para constituir-se, no plano da política local, como classe para si.

Vê-se, portanto, que a sociedade que o desenvolvimento criou rompeu, em pontos significativos, com as imagens que a literatura sociológica elaborou para descrever os “efeitos da industrialização” e da capitalização na periferia.

Diante disso: seria acaso pensável uma política que deixasse também de romper com as expectativas dos paradigmas, quaisquer que eles fossem?

Rompendo expectativas: a democratização

Novamente, não se trata, neste capítulo, de descrever o processo político ocorrido: outros autores e eu próprio, em outros trabalhos, já o fizemos. Trata-se, primeiro, de sublinhar paradoxos; depois, de tentar explicá-los.

A discussão sobre se haveria ou não uma “abertura democrática” no Brasil é, hoje, questão perempta. Houve a abertura, com várias conseqüências. As “teorias” – jamais subscritas por mim – sobre a inevitabilidade do fascismo (cuja única alternativa seria o socialismo revolucionário) perderam prestígio, mesmo nos círculos intelectuais mais radicais: a força dos acontecimentos soterrou veleidades interpretativas mal formuladas.

Não obstante, alguns problemas exigem esclarecimento, posto que mesmo os espíritos não-partidários de uma visão catastrofista do processo de desenvolvimento e que não se deixaram prender pelas armadilhas da inevitabilidade da revolução social como antítese do autoritarismo militar afirmaram e reafirmaram (como eu próprio) que havia certa “afinidade eletiva” entre as estruturas geradas pelo desenvolvimento dependente-associado e a centralização do poder: a concentração da renda, o investimento oligopolizado, o esfacelamento das estruturas sindicais, a generalização da apatia das massas induzida pelo poder central, o controle das informações e os aspectos mais repugnantes da ordem autoritária (como a tortura e a expulsão da cidadania) foram lidos como sintomas do entrelaçamento entre “este padrão de desenvolvimento” e uma forma definida de regime “burocrático-autoritário”¹⁴.

É certo – e vale a ressalva – que alguns autores, como Juan Linz, restringiram os alcances da caracterização do autoritarismo brasileiro; esta seria mais uma “situação” autoritária do que um “regime” autoritário. Também é verdade que procurei mostrar (quando havia já indícios de redemocratização) que a “forma política” (o regime) distinguia-se do “pacto de dominação” (a aliança das classes hegemônicas) que dá base social ao Estado. E argumentei que o “mesmo” estilo de desenvolvimento dependente-associado convivia com regimes democráticos, como na Venezuela, e civis-autoritários, como no México¹⁵.

Ainda assim, é preciso reconhecer que a ruptura do autoritarismo no Brasil e a revivescência de uma aspiração democratizadora, sem quebra do Estado e de seu suporte militar, ao mesmo tempo em que renasce a “sociedade civil”, desafiavam explicações mais abrangentes.

A primeira tentativa de resposta *ad hoc* encontrável nos textos que se referem ao tema vem sob a forma de um paradoxo: a partir de duas teorias que marcam os efeitos antidemocratizadores do processo histórico de transformação das sociedades periféricas – a da dependência e a do autoritarismo-burocrático – terminou-se por colocar ênfase nos aspectos democratizadores “não-previstos” dos ditos processos. Com efeito, posto que houve “desenvolvimento” e posto que o controle burocrático expandiu a máquina do Estado e absorveu nela os militares, produziram-se, ao mesmo tempo, um “espaço de liberdade” não-previsto – na sociedade civil – e uma condensação autoritária, no Estado. Entre ambos, Estado e sociedade civil, ocorreu um fosso, uma espécie de vácuo tampão. A democracia teria, então, brotado no solo vir-

gem da sociedade, deixando o Estado embalado em seu esplêndido isolamento autoritário.

Tal hipótese teve várias versões. Algumas inspiradas na “teoria da modernização”: o subproduto democrático foi a consequência da diferenciação social provocada pelo desenvolvimento econômico, da especificidade crescente de papéis sociais requerida pela secularização e racionalização crescentes da sociedade, pela necessidade da estandardização e generalização de normas universais mais afins com uma sociedade industrial moderna¹⁶.

Em certa medida, quase todos os autores que retomaram o tema da democracia molharam suas penas nesta hipótese abrangente; mesmo porque, como escrevi acima, ocorrem de fato processos convergentes que propiciam a reelaboração de aspirações, condutas e padrões regulares de comportamento afins com os aspectos universais do industrialismo. Na tentativa de explicar a retomada de práticas democráticas no plano eleitoral, por exemplo, não foram poucos os que sublinharam que a forma democrática de regulamentação da distribuição do poder restabeleceria, necessariamente, o sistema competitivo de partidos e os mecanismos representativos vigentes em “qualquer democracia”. Aliada à teoria da modernização da sociedade, a teoria política liberal voltou a soar, não apenas na grande imprensa mas nos textos acadêmicos e... até mesmo em programas partidários.

A “teoria do fosso” (entre Estado e sociedade civil) deixa sem solução, entretanto, a questão central: se for verdade que o subproduto do desenvolvimento socioeconômico é a reivindicação de autonomia do social, de representação política das classes e de um credo liberal-democrático, a mudança política marcha para um impasse: ou a cidadela do Estado é conquistada pelo furor das classes reivindicantes de poder democrático e se democratiza, ou, na contra-ofensiva, o Estado avança mais ainda na direção de processos autoritários, aproximando-se de uma situação de controle autoritário da sociedade (numa versão do processo político que se aproxima da visão “ditadura ou fascismo”, só que reescrita como “ditadura ou democracia”). E, por outro lado, ao postular uma dinâmica deste tipo, obscurece-se o que era claro na teoria marxista da sociedade civil, a saber, que nela reina a “dominação” e que, em si mesmo, sociedade civil e democracia nada têm a ver uma com a outra, posto que a democratização da sociedade requer luta de classes e superação das contradições entre explorados e exploradores.

Por certo, as hipóteses de desenvolvimento da oposição entre sociedade e Estado esboçadas acima não são as únicas sustentáveis a partir de uma teoria funcionalizada e liberal da política democrática. Nada impede a irresolução do conflito, o ziguezague nos avanços e recuos entre os dois termos opostos, ou pactos tópicos nos quais a dialética entre conciliação de interesses em áreas específicas e conflitos abertos noutras tantas possa ocorrer, ficando sempre ressalvada a hipótese geral e fundamental que põe ênfase na transformação lenta e gradual na direção da democratização a partir da aposta na capacidade de expansão crescente dos mecanismos universalizadores da sociedade industrial.

No pólo oposto – especialmente entre os ideólogos do regime – elaborou-se uma versão “do mesmo processo”, sob outro ângulo. Rejeitando os efeitos abran-

gentes da restauração da sociedade civil, estes ideólogos retomaram Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e, contra o pensamento expresso do autor, Raymundo Faoro. Voltaram a ver na modernização do Estado a garantia maior para um processo de abertura política e democratização que escapasse das “armadilhas do liberalismo”. A ênfase, no caso, não se pôs tanto no fosso entre sociedade e Estado, mas no “vazio” da sociedade. Continuaram a interpretar o país como se o único traje possível para uma ordem política estável fosse a eficiência da máquina estatal, bem acoplada às políticas desenvolvimentistas e guiada por uma vontade esclarecida que deveria moderar e conciliar toda vez que surgisse uma pressão de grupos privados “razoável”. A legitimidade das demandas “de baixo” (e tudo o que estivesse radicado na sociedade civil, fosse a empresa, a imprensa ou a Igreja, e não só as camadas populares, era “de baixo”) passaria pelo crivo da vontade do Estado, alavanca ético-política de um povo inorganizado caminhando para a constituição da nação.

Obviamente, a modernização da sociedade pelo Estado e a constituição do povo em nação pensados nestes termos não fazem parte de uma “teoria democrática”. Entretanto, ambígua e confusamente, esta versão da ideologia autoritária é também “liberal-conservadora”. Ela postula um devir e um gradualismo que não negam, em princípio, a legitimidade da demanda em favor de um estado de direito: apenas postergam-na e procuram conduzi-la, pelo “bom caminho”, a um futuro estado de “democracia sem conflitos”. Mas tal postura é obrigada a aceitar em tese e como princípio geral que o “bom governo” há de ser democrático.

Estas não foram as únicas tentativas de explicação e de racionalização do processo político. Numa versão mais radical da autonomia da sociedade civil, somada à crítica de inspiração socialista da dominação social, propôs-se também uma outra explicação do por quê a sociedade brasileira rompia com o autoritarismo. Esta ruptura teria a ver, simultaneamente, com “o mesmo” processo de constituição e autonomização das classes (ênfase comum com a teoria liberal-funcional da mudança política) “acrescido” de um *plus* específico: como a nova ordem capitalista-industrial mantém, por um lado, as diferenças de classe e reproduz, por outro, a desestruturação dos sem classe – os “pobres”, os “marginais”, os “habitantes da periferia” ou que nome tenham os deserdados da ordem capitalista – a “real” democratização advirá (e está advindo, sustentam os adeptos desta perspectiva) de um movimento que, embora enraizado na ordem privada, não abrange toda ela; cristaliza-se na solidariedade espontânea dos deserdados; vive como *comunitas* uma experiência de agruras em comum que forma um “nós” coletivo baseado na mesma experiência de vida que só se transformará quando, por modificações moleculares, houver ao mesmo tempo o isolamento do Estado e dos exploradores, os quais perecerão na boa ordem do futuro.

Aos ouvidos acostumados à literatura marxista poderá parecer que se repõem os velhos temas da Revolução e da fusão entre solidariedade, igualdade e participação democrática. Mas só até certo ponto, pois em sua versão mais radical (e disseminada entre os ativistas dos movimentos sociais) junto com esta visão reformadora que propõe a nova utopia, a rejeição do Estado é tão forte (na teoria) que exclui também o partido, o qual passa a ser visto como força institucionalizadora e, nesta medida, peça da engrenagem do Estado. Existe na formulação radical deste tipo de teoria democrática uma fusão entre o anarquismo leigo e o solidarismo cristão.

Subjacente a estas teorias (que propõem simultaneamente ideologias favoráveis a diferentes tipos de democratização) existem não só as diferenças explícitas quanto ao que seja a “verdadeira” democracia, como, o que sociologicamente é mais importante, quanto a quem sejam os “sujeitos históricos” da democratização desejada. A distinção no plano dos ideais democráticos é simples:

- para os liberal-democratas (como em qualquer parte do mundo) trata-se de estabelecer um regime competitivo que aceite as diferenças de riqueza e propriedade (de classes), mas que pretenda distinguir a possibilidade de um bem comum (o espírito público) que seja exercido e controlado em esferas definidas do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) através de mecanismos de “representação” e de “legitimidade” explícitas (delegação de poderes, eleições, etc.) que assegurem a existência e a soberania do cidadão como o “ser político” por excelência, como sujeito individual da História;
- para os liberal-conservadores estatizantes trata-se de reconstruir uma ordem política fundada na idéia de que o bem público assenta melhor no Executivo, cujos desmandos não de ser controlados, por um lado, pela vontade da nação e por suas “aspirações permanentes”, tal como algum setor privilegiado da burocracia (os militares) a concebe, expressa e renova, e, por outro lado, pela existência de certos canais de representação (partidos e assembleias) com direito à voz, porém não à ação no que diz respeito às grandes decisões do Estado. Acrescentam a isso – como concessão – a liberdade dos meios de comunicação e, até certo ponto, a liberdade de organizações da sociedade civil (partidos, sindicatos, Igreja) que – embora controladas – exercem pressão e indiretamente permitem que os guardiões da ordem corrijam o curso de suas políticas. O verdadeiro sujeito do processo político é o Estado enquanto burocracia iluminada, pensado como encarnação da vontade metafísica de realização do povo;
- para os democrata-basistas, o fundamental é a organização autônoma da população ao redor de reivindicações concretas – quase sempre de alcance e conseqüências diretas em favor do bem-estar de parcelas desprovidas do povo – que devem ser exigidas da autoridade pública sem intermediação ostensiva de partidos e, se possível, sem a delegação de responsabilidade a representantes eleitos. A vontade geral, neste caso, apresenta-se integralmente quando encarnada por uma parcialidade que em sua totalidade expressa um objetivo ou um desejo. O sujeito do processo político passa a ser uma “comunidade de convivência”: vizinhos, trabalhadores da “mesma” fábrica, moradores sem terra que medeiam suas aspirações ao redor do controle de uma área, etc. Mais do que a solidariedade algo abstrata de uma “classe”, requer-se a solidariedade de uma “categoria” profissional ou de um segmento específico do povo para dar substância à reivindicação democratizante.

Vê-se, por esta caracterização tipológica do estilo de democratização almejada e dos atores privilegiados para sua concretização, que, com exceção da postura libe-

ral-democrática (semelhante à que prevaleceu nos processos de democratização dos países de desenvolvimento originário), as demais posturas que tiveram maior vigência no processo brasileiro contemporâneo são, no mínimo, “heterodoxas”. Uma vertente vem do autoritarismo reformado; outra do solidarismo cristão penetrado pelo anarquismo antiestatizante.

Seria incorreto imaginar que o espectro de pressões democratizantes se tenha limitado a estas presenças. A visão socialista clássica, com todas as considerações relativas à temática da relação entre revolução social e democracia verdadeira, está subjacente entre seguidores de partidos de expressão política restrita, mas capazes, às vezes, de ação estratégica: o Partido Comunista (pró-soviético), o PC do Brasil (pró-Albânia), diversos grupamentos trotskistas mantêm o ideário clássico e privilegiam o “papel histórico” do proletariado no avanço democrático. Mas ora se unem ao ideário liberal-democrático, ajustando suas aspirações revolucionárias para uma “etapa” posterior à da vigência plena do estado de direito, ora somam-se (no caso dos trotskistas e dos “albaneses”) às pressões basistas em prol de uma democracia mais direta.

Além disso, no curso concreto da ação política, quando estas tendências confluíram na formação de partidos (especialmente depois de 1979) e na ação em movimentos sociais específicos (como nos sindicatos e nos movimentos em prol de uma central única de trabalhadores) raramente o “basismo” pode manter-se imune a redefinições relativas ao papel político dos oprimidos sob a batuta dos sindicatos e da “classe trabalhadora”; de igual modo, nos partidos mais influenciados por um ideal de democracia competitiva à la ocidental (como o PMDB e o PDT) os segmentos ideológicos “marxista-leninistas” foram suficientemente influentes para que a idéia de uma relação direta entre “presença ativa de trabalhadores” e capacidade de efetivamente redemocratizar compensasse as limitações de uma visão liberal-democrata “leniente” na convivência com as desigualdades sociais.

O leitor versado na história das idéias políticas relê nestas distintas posturas o debate entre Locke, Hegel e Rousseau, como inspiradores (sem o saberem) das polarizações vigentes. Mas percebe também que os liberais brasileiros são lenientes com a presença do Estado.

Os autoritários com ímpetos liberal-conservadores estão salpicados não só de Montesquieu (cada regime conforma-se à natureza da sociedade; e na sociedade industrial impõe-se certa divisão e certo equilíbrio entre os poderes), mas também de influências contraditórias que vão desde a aceitação de certo tipo de planejamento até a formulação de um hobesiano deformado. E os radicalmente democratas, por mais que façam afirmações basistas favoráveis à “democracia direta”, incorporam pitadas de Gramsci, misturam até mesmo certo leninismo e não se desvencilham facilmente da preocupação com o partido e com o Estado.

Pudera: a sociedade na qual se desenrola o processo político tem pouco a ver com as sociedades e com os problemas que foram enfrentados pelos clássicos.

É neste ponto que minha perspectiva sobre a “dependência” cruza com o debate sobre a democracia.

Novas idéias?

Seria de estranhar se autores vinculados à tradição de análise histórico-estrutural, diante do autoritarismo e do processo de sua transformação numa ordem mais liberalizada, fizessem a crítica do autoritarismo e a defesa da democracia a partir de uma visão lockeana das duas liberdades – a econômica e a política – ambas fundamentadas no individualismo filosófico. De igual modo, se a justificativa viesse pelo lado do utilitarismo filosófico, à la Bentham, e da idéia de otimização de oportunidades no “mercado político”, haveria inconsistência de ponto de vista.

Entretanto, há outras vertentes na história das idéias e, mais do que nelas, na prática sócio-política, a partir das quais se pode fundamentar e justificar teórico-ideologicamente a defesa do “campo da democracia” no caso brasileiro. Chamei a atenção, páginas atrás, para a inversão real (não epistemológica) da relação entre Estado e sociedade, que caracteriza os países cujo desenvolvimento se dá nos moldes dependentes-associados (e que também ocorre nas sociedades de “democracia avançada”). Recorrendo a outros argumentos, vários sociólogos e politicólogos brasileiros têm procedido de modo semelhante. Recordo apenas um exemplo: a noção de “cidadania regulada”, desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos, procura mostrar a “similitude” e a “diferença” existentes quando se compara o processo de formação da cidadania, à la Marshall, e o processo que ocorre no Brasil. Cidadão, entre nós, seria o trabalhador cujo direito é “reconhecido” pelo Estado¹⁷.

O peso da burocracia empresarial (que eu chamei noutras oportunidades, para provocar reações, de “burguesia estatal”)¹⁸ é sobejamente reconhecido nas análises políticas sobre o Brasil contemporâneo. E o papel-chave do Serviço Nacional de Informações (SNI) como “partido” das Forças Armadas e da alta burocracia foi ressaltado por Alfred Stepan¹⁹.

Em outros trabalhos chamei a atenção tanto para a forma política de enlace entre a burocracia e o empresariado (os anéis burocráticos) quanto para o fato de que entre nós, ao contrário do que ocorreu na filosofia política clássica, o sujeito a ser constituído e justificado não é o Estado, mas o cidadão e a classe. Tudo isto quer dizer que implícita e às vezes explicitamente existe um outro paradigma de análise política em elaboração²⁰.

Como fiz nos itens anteriores, darei aqui apenas exemplos para ilustrar o argumento. Um exemplo será relativo à formação dos partidos e do sistema partidário; outro relaciona-se a aspectos prático-epistemológicos da legitimação em curso do ideário democrático.

Partidos, hoje

A nível mais abstrato, a discussão sobre a especificidade dos partidos já foi colocada pela teoria da dependência: as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá. Mas são aves e também gorjeiam. Parecem ser o mesmo, mas marcam suas diferenças. Por este prisma, a polarização Partido Conservador-Partido Liberal do Império

ver-se-ia, ao mesmo tempo, como núcleo dicotomizador fundamental de ideologias políticas, cone de sombra de um centro irradiador mais forte e genuíno – dos países centrais – e como quase mistificação. Uma elite culta e desenraizada (no plano intelectual) utilizando como bandeiras aparentes de luta “idéias”, mais do que “interesses”. De fato, sob o clamor dos debates parlamentares, campeavam firmes o latifúndio e a escravidão.

Entretanto, ao mesmo tempo em que uma engajada análise desmistificadora fosse capaz de mostrar o quanto de refração de interesses produzia o prisma ideológico, teria de mostrar que a visão conservadora e a visão liberal também conformavam resoluções e adaptações que incidiam sobre o real. Não se tratava, pois, de “mera alienação”.

Penso que deste ângulo o sistema partidário de hoje sofre de vicissitudes semelhantes. O aspecto ideológico, que era mais nítido na polarização Arena-MDB, era real, assim como é certo que, noutra plano, deformava diferenças de interesse, diluía distinções e encobria acordos sociais velados. O atual espectro, que vai do PDS ao PT, passando pelo PTB, PDT e PMDB, deixa entrever mais as diferenças e, no plano formal, quase satisfaz as belas almas. Estas andam sempre em busca de um cartesianismo ético que ligue a noção do “claro e distinto” com algum imperativo categórico; se alguém é trabalhador, há de pertencer a tal ou qual partido e carregará consigo o bem do universo. O partido que represente este lado será capaz de estabelecer um Estado virtuoso, que se dissolverá na comunidade no futuro; se alguém é latifundiário – ou patrão –, há de purgar o pecado de origem assumindo todos os males da sociedade e se tornará esteio da violência fundadora de qualquer Estado, posto que enraizada na sociedade de classes.

Mais que isso: como na velha Europa, cada partido corresponderia – mais ou menos, digamos – a uma situação de classe e, se nela houver contradições internas, corresponderá a uma nuance ideológica que expresse a fracção de classe. No plano formal, um centro, um centro-direita e uma direita opor-se-ão a um centro-esquerda e à esquerda. Enquanto os partidos reais não se acomodarem ao modelo, serão inautênticos, débeis para organizar os interesses sociais, meros instrumentos da manipulação das forças da ordem, encastelados no Estado que reina dispensando a representação e a legitimidade democrática.

Deixemos à margem a discussão sobre se o modelo funcionou na situação histórica paradigmática europeia. Não nos percamos em discussões laterais sobre as mudanças ocorridas na sociedade industrial de massas sob os influxos do capitalismo monopólico internacionalizado e sob a ação do Estado interventor. Assumamos que nada disso afeta o argumento dos garimpeiros da autenticidade partidária. Ainda assim: por que uma sociedade dependente, penetrada pelo capitalismo internacional de cabo a rabo, nascida de uma situação colonial-capitalista moderna, baseada na escravidão, articulada ao redor da burocracia estatal, haveria de desembocar numa situação de classes e política, semelhante à que prevaleceu nas sociedades organizadas pelo dinamismo burguês-liberal e às vezes burguês-estatal, lutando, por um lado, contra o *Ancien Régime* e, por outro, contra a plebe e a classe trabalhadora emergente?

Só mesmo se o argumento estiver ancorado numa filosofia finalista da História e passar por cima das diferenças entre situações históricas (especialmente deixando de lado o que ocorreu na sociedade norte-americana que não seguiu tal paradigma) poder-se-ia ter a expectativa de que no Brasil os partidos, as classes e suas lutas se dessem à imagem e semelhança do modelo único da História.

Por certo, há as convergências. E não é tão fácil, como muitos fizeram, jogar fora os argumentos, mesmo ideologizados, à la Raymond Aron, sobre os efeitos igualizadores da sociedade industrial moderna. Mas a concepção do partido político moderno como “uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado”, como sustenta Umberto Cerroni²¹, descreve uma situação histórica e não a História. Cerroni se opõe à noção de partido como “facção”, nascida do comitê eleitoral ou do clube, que desemboca no Parlamento. E tem como modelo os partidos socialistas europeus (e comunistas) nos quais a participação da massa de aderentes, a estrutura organizativa e uma certa concepção do mundo (uma filosofia política) constituem o cerne vital que os anima. Entretanto – e é o próprio Cerroni quem o afirma –, deste modelo se afastam os partidos norte-americanos e os partidos da social-democracia (o Labor e a SPD) na medida em que acentuam os interesses corporativo-econômicos e os separam da luta por uma concepção do mundo; neles prevalece a “operação política” sobre a concepção política global.

Com este argumento, reduzo, naturalmente, a abrangência da definição clássica (marxista e leninista) do partido: ele não é sempre a expressão de um interesse de classe somado a uma idéia transformadora, a uma concepção do mundo. Mas não quero eliminar a temática, também de Cerroni – ou de Gramsci –, de que, de qualquer forma, o partido é o lugar da “mediação” entre “idéia” e “interesse”, nó górdio de toda política. Apenas quero dizer que esta mediação assume formas historicamente muito variáveis, das quais a noção do partido como “embrião de uma estrutura estatal”, e, portanto, revolucionário porque em choque com a estrutura estatal prevalecente, é o resultado de uma situação histórica específica e não a matriz de toda definição “essencial” de partido.

Imbuídos, portanto, de maior modéstia teórica, que obriga a reconhecer as limitações do fenômeno partido enquanto “fato social abrangente” que dá sentido a toda política (mesmo nas democracias industriais avançadas), é possível discutir com mais propriedade o fenômeno partidário brasileiro atual.

Em nosso caso não se pode dizer que os partidos tenham nascido no Parlamento, apenas, nem que eles sejam a expressão de uma máquina organizativa que se constituiu para permitir a adesão maciça de militantes. E menos ainda que eles sejam movidos em suas lutas e diferenças por uma concepção global do mundo.

Dizendo com todas as letras e sem temer o paradoxo: a legislação casuística de um regime autoritário de base militar teve um papel crucial (a despeito de suas intenções) na formação dos partidos brasileiros. Foi para obedecer a ditames legais que PMDB e PDS, PTB e PDT e até mesmo o PT tiveram que sair da casca de ovo da acomodação entre os parlamentares e uma direção partidária que sequer era burocrática, porque não havia máquina partidária propriamente dita para ser controlada.

Explico-me. No regime autoritário, pela circunstância, MDB e Arena se limitaram a ser a expressão de uma vontade do eleitorado que se expressava na escolha de deputados e senadores: vontade distorcida pela apatia, pela falta de informação e pela violência. Os parlamentares, constrangidos pela lei autoritária, optaram entre dois partidos cujos dirigentes eram também congressistas. Havia sim, se não uma “concepção do mundo”, uma oposição concreta de ideais quanto à forma de governar: democracia *versus* autoritarismo; e os interesses pululavam por trás dessa dicotomia, sem necessariamente alinharem-se de modo biunívoco. Mas não havia correspondência “articulada” entre a sociedade e o Estado, no qual – se considerarmos o Poder Legislativo como parte, e parte fraca – deitavam raiz Arena e MDB.

O trabalho de “articulação” entre sociedade (com seus interesses e com sua cultura) foi sendo tecido penosamente durante os anos do autoritarismo. Na linguagem política brasileira, foi-se designando como “sociedade civil” tudo o que era fragmento de articulação e que escapava do controle imediato da ordem autoritária. Sem rigor, mas com eficácia, foi-se designando toda a oposição – da Igreja, da imprensa, da universidade, das corporações profissionais, dos sindicatos, da empresa e dos partidos – como se fosse a movimentação da sociedade civil. E descobriu-se, sem que ninguém o tenha notado como escândalo, que ocorria aqui o oposto do que Gramsci descrevia com relação à Itália: voltava-se à concepção latina de sociedade civil:

“Em toda a tradição jusnaturalista, a expressão *societas civilis*, em vez de designar a sociedade pré-estatal, como irá ocorrer na tradição hegeliano-marxista, é sinônimo – segundo o uso latino – de sociedade política, ou seja, de Estado: Locke usa indiferentemente um e outro termo. Em Rousseau, *état civil* significa Estado. Também Kant, que – ao lado de Fichte – é o autor mais próximo de Hegel, quando fala (nas *Idee zu einer all gemeinen Geschichte in weltbuergerlicher Asicht*) da tendência irresistível que a natureza impõe ao homem no sentido da constituição do Estado, chama essa meta suprema da natureza em relação à espécie humana de *bürgerliche Gesellschaft*.²²”

Reafirmo que o objetivo destas notas não é teórico-erudito. Deixo, portanto, à margem, a polêmica (necessária) sobre os alcances e os limites do paradigma gramsciano para a análise da política brasileira. Gramsci em sua polêmica contra o economicismo (e contra a leitura objetivista do primado da estrutura) reintroduziu o primado do partido, assim como em sua luta contra a “ditadura” reintroduziu o momento da idéia na temática da hegemonia. Neste aspecto inovou e legou uma herança viva; mas não nos serve de muleta para a descrição da situação histórica com que nos deparamos. A incorporação do tema relativo à hegemonia e ao momento de liberdade germinado na sociedade civil (pensada não mais como “sociedade natural”) é necessária e útil; mas é preciso ter em conta que no Brasil (e nos países periféricos que se industrializam sob a égide do capital monopólico internacional, bem como nas sociedades industriais da democracia avançada) a velha oposição jusnaturalista e também a oposição hegeliana entre os produtores e o Estado têm seus limites desfeitos. O Estado produz, regula relações econômicas e é parte constitutiva da sociedade fabril e de serviços. Dá-se um amálgama novo, no qual a hegemonia e o momento da liber-

dade (as idéias, os intelectuais, as grandes instituições reguladoras) não podem ser pensados separadamente da sociedade política. Existe uma pan-politização do social e uma socialização do estatal, como notou Pietro Ingrao²³.

Por isso, quando irrompeu no Brasil um novo momento de politização, os partidos nasceram, "ao mesmo tempo", como forma estatal e como instrumento de organização da luta das classes, das idéias, inclusive daquelas antiestado.

Diante disso, alguns imaginaram que a forma-partido, para ser "autêntica", haveria que incorporar os "movimentos sociais" e poderia ser a encarnação da idéia libertadora. E muitos, ao avaliarem a segunda questão que eu coloquei no início deste artigo, a da representatividade, recusam, de plano, que partidos não nascidos diretamente de "movimentos sociais" e que talvez nem aspirem englobá-los e representá-los sejam, de verdade, partidos.

Mas, por que não?

Se a nova sociedade industrial interpenetra Estado e sociedade, a verdadeira questão dos partidos e de sua representatividade não está na polarização entre a "sociedade dos produtores" e a sociedade dos administradores e dos coatores. Ela está na capacidade (ou não) dos partidos lançarem pontes (movediças) para um e para outro lado da antinomia, como os famosos *forward and backward linkages* do desenvolvimento econômico.

Lugares de mediação entre os interesses e idéias, entre a coação e a hegemonia, entre o institucionalizado e o vir-a-ser, entre a administração, a dominação e a rebelião, os partidos contemporâneos são necessariamente contraditórios neles próprios. Sua capacidade de articulação é sempre tênue: as grandes organizações corporativas (o sindicato, a empresa, a Igreja) não se dissolvem nos partidos; ao contrário, são eles que correm o risco de serem absorvidos por elas, como no exemplo do Labour Party. Tampouco a movimentação da sociedade – a greve, a ocupação de terrenos urbanos, os *riots*, o movimento sindical e universitário, a própria imprensa – se ancora em partidos. A trajetória dos partidos e destes movimentos pode coincidir; em alguns momentos haverá o casamento, mas logo depois da noite de amor virá a náusea, se não o divórcio. E haverá que refazer, incessantemente, a proposta de novas aventuras, cujo resultado será próximo ao de Bernarda Alba. Mas sem tragédia; como rotina.

Pálidos substitutivos para os partidos de antigamente, dirão os saudosistas. *Tant pis*. São os partidos que temos, não os que queremos. E dentro desta limitação exercem funções políticas relevantes.

Voltando ao factual: foi assim, sem grandes ilusões, que os partidos de hoje se formaram, quase todos. E no afã de conquistarem palmos de poder, teceram alguma relação com a sociedade.

Não irei longe na exemplificação. Começando pelo PT (que neste aspecto é mais como os partidos de antigamente), é inegável que lançou pontes em setores sociais definidos: operários do ABCD, classe média intelectualizada, segmentos do povo inflúdos pelo circuito da igreja da liberação. Não capturou, é certo, todo o movimento sindical; não se articulou nacionalmente; está penetrado por setores de "esquerda organizada". Nada disso, no meu entender, diminui o feito: se não vier a ser o

grande partido de massas sob a hegemonia dos trabalhadores, será, contudo, o partido de setores de trabalhadores e de setores intelectuais capazes de propor uma sociedade alternativa. Serão imperfeitos na proposta, contraditórios, etc. Mas quem não?

Se a tese é mais evidente quando se toma o PT para exemplificá-la, não deixa de ser também débil: por acaso não foi o PT o partido de mais fraco desempenho eleitoral? Das duas uma: ou com esta referência se está mostrando que o partido que mais se aproxima (nos seus propósitos) do paradigma da representação autêntica, ao não prosperar eleitoralmente, condena os demais a serem a contraprova da inautenticidade, ou, ao contrário, se argumenta que o PT, “apesar” e não “por causa” de sua ânsia pela representação direta, conseguiu articular-se no sistema político brasileiro.

Não desejo aprofundar as hipóteses. Mas eu diria que foi mais “apesar”: o PT calou fundo nos setores (reais e importantes, especialmente em termos de renovação política) sensíveis ao ideológico. E ficou restrito em termos do estilo de representação mais refratada, mais difusa, que se organiza tendo em vista as grandes polaridades “eventuais” e “centrais” (ao mesmo tempo) das sociedades de massa.

Onde reside a fraqueza de um partido do tipo do PT como expressão da vontade coletiva, surge o PMDB com força. As observações sobre o caráter de “frente” mais do que de partido desta agremiação política não captam o fundamental: nas sociedades de massa os partidos democráticos e abertos à variabilidade do social são, em certo sentido, frentes. Mas não perdem o caráter de partido, à condição de se posicionarem diante dos grandes temas difusos mas capazes de produzir a clivagem política que permite ao eleitor uma “opção”. E à condição, também, de terem uma liderança capaz ao mesmo tempo de promover a negociação interna entre as alas do partido (ora cooptando, ora efetivamente abrindo espaços de participação e de expressão) e de exibir uma coerência simbólica frente às grandes questões nacionais.

Obviamente, nem o PT se limita às funções assinaladas, nem o PMDB é organicamente desvinculado de suas bases. Exagero no argumento para ressaltar diferenças. Bastaria recordar que “nunca”, por exemplo, houve em São Paulo partido com tantos filiados espontâneos e tão estruturado em diretórios como o PMDB²⁴. E basta ver as profissões exercidas pelas pessoas que ocupam as posições de liderança interna do partido para verificar que o PMDB constitui o desaguadouro político da classe média e das lideranças do setor popular: o médico, o advogado sindical, o bancário, a professora, a assistente social compartilham (abocanhando as posições hegemônicas) com o líder sindical do interior, com o presidente do sindicato rural e com o líder de bairro o poder nos diretórios.

O próprio PDS, partido nascido do clientelismo da Arena, braço político da burocracia autoritária, renovou-se parcialmente. Existem hoje novas lideranças conservadoras que não são imobilistas e que causam certo impacto no PDS. Não teria sido possível a vitória do partido do governo em certos Estados não fosse a soma da pressão oficialista, dos recursos financeiros avultados e da modernização das lideranças.

Com mais percalços, os partidos trabalhistas buscaram também ter perfil próprio. Não tanto o PTB, sacudido pelo personalismo de Jânio Quadros e Sandra Ca-

valcanti e pela incoerência de sua liderança que assim o impediu de ser algo mais do que uma “frente de pessoas” arriscando-se à função de biombo do interesse governamental, como o PDT. Este, debatendo-se para emergir com a força representativa de um partido “social-democrata”, tropeça no grande obstáculo: sua força eleitoral provém de uma liderança pessoal lastreada num movimento policlassista de repulsa a uma aliança sem futuro (esquerda e fisiologismo) num Estado, o Rio de Janeiro, onde a base operária é modesta. Em São Paulo, onde a classe trabalhadora conta, o PT e o PMDB ocuparam o eventual espaço de um partido social-democrata.

Não cabe, neste artigo, mais do que apontar estes fatos. Não desejo analisar cada partido. Apenas rebato a idéia muito difundida de que os partidos são “inautênticos”²⁵ e incapazes de servir de filtro às aspirações do eleitorado.

Com isto não nego que a institucionalização partidária está longe de ter-se completado nem, muito menos, que existam problemas sérios de representatividade não apenas a nível de cada partido, mas do próprio sistema partidário. Duverger chamou suficientemente a atenção para a importância da legislação eleitoral e partidária na cristalização institucional dos regimes políticos. É gritante, no caso brasileiro, que a legislação vigente – casuística e dócil à manutenção dos interesses dos que exercem o poder desde 1964 – é um entrave à democratização. O PP derrapou e desapareceu por força desta legislação. O PT corre risco semelhante se o voto distrital for estabelecido sem o sistema de dois turnos. E os partidos trabalhistas, se não se unirem, terão poucas perspectivas.

Pior ainda, o sistema eleitoral distorce a vontade popular de modo alienante. As oposições obtiveram oito milhões de votos de vantagem e escassa diferença na Câmara dos Deputados. Tudo isso sem mencionar o Colégio Eleitoral que escolherá o presidente da República, se tudo permanecer como está. Mas é preciso não confundir a ação perturbadora do autoritarismo perpetuado na legislação com a incapacidade de a sociedade civil organizar-se através dos partidos. Estes, se não são como os de antigamente, é porque são mais afins com outro tipo de sociedade. Mesmo que se modifique a legislação eleitoral para permitir que a democratização avance, os partidos continuarão a ser instrumentos apenas parciais da vontade popular e nacional, abrigarão em seu seio alas muito divergentes (sem mencionar as diferenças regionais em cada partido), estarão em permanente e insolúvel tensão com os movimentos sociais e com as irrupções renovadoras da sociedade de massas, e viverão criativamente (ou não, dependendo das lideranças e das circunstâncias) a dialética entre frente e partido, entre função agregadora de interesses e função ideológica.

Um comentário final sobre os partidos: se me esforcei para mostrar que não há por que exigir dos partidos que eles se ajustem ao paradigma europeu clássico (lá também moribundo depois da década de 1950), seria ingênuo imaginar que a polarização Partido Republicano/Partido Democrático, dos EEUU, é a bússola do sistema partidário brasileiro. Entre nós, depois do assédio populista através do qual as massas irromperam no Estado (e nele estagnaram), as diferenças e contradições sociais e regionais e a própria tradição de absorção da intelectualidade nos partidos darão muito maior vigor aos “núcleos ideológicos”, em cada partido. Sem falar na presença, que será constante, dos comunistas e, com menor peso específico, dos socialistas.

É melhor, portanto, pensar o futuro do sistema partidário de modo aberto. Nem estamos condenados por qualquer lei estrutural ao bipartidarismo (apesar da tendência à bipolarização própria das sociedades contemporâneas) nem à “desideologização” da política. Constituiremos – como agora – um *blend* peculiar, no qual o encontro entre uma tradição histórica europeia com uma sociedade que se refaz, partindo da base colonial-escravocrata-exportadora, na direção da sociedade industrializada e de serviços (“mas” localizada na periferia do sistema capitalista), refratará qualquer tendência convergente com as sociedades ocidentais, em direções inesperadas, porém não inexplicáveis.

A legitimação da idéia democrática

Resta fazer alguns comentários sobre os fundamentos utópico-teórico-ideológicos da idéia de democracia numa sociedade de massas em um país de economia dependente.

Salta aos olhos que o “individualismo possessivo” e a idéia do cidadão proprietário como fundamento da democracia são pobres para justificar a luta democrática no Brasil²⁶. O que está em jogo hoje não é a “liberdade do indivíduo” *versus* o totalitarismo do Estado. O tema da liberdade individual (psicológica, física, política) é parte integrante, naturalmente, de um processo político que dá seqüência à luta contra uma ditadura militar que oprimia e torturava. Mas a desigualdade social e a fragilidade do indivíduo diante da empresa e da burocracia clamam pela legitimação de um sujeito histórico “coletivo”: é o sindicato, a comunidade, o movimento e mesmo o partido que aparecem como o ator em constituição para contrapor-se ao arbítrio e à exploração.

Este fundamento não-individualista da doutrina democrática embrionária é difícil de constituir-se e paga um preço para legitimar-se. Sua emergência, entretanto, é sensível até mesmo no plano vocabular e semântico: ao antigo “eu” do líder, substitui hoje o “a gente” – expressão pouco corrente no vocabulário das décadas passadas e que expressa algo próximo ao *on* francês – sujeito indeterminado – acrescido do sentido concreto dos “aqui presentes”. A tal ponto a reivindicação democratizadora vem hoje embebida deste caráter que alimenta conseqüências político-institucionais desestabilizadoras.

Com efeito, a teoria clássica da delegação e da representação, muito vinculada à concepção do cidadão eleitor (individual e ser racional), é posta em xeque, frequentemente, pela força do “nós coletivo”, única capaz de legitimar uma vontade geral que se concretiza. O resultado desta atitude é transparente: dificuldade quando não horror à delegação de poder e à definição de lideranças. Este processo tornou-se visível, por exemplo, nas greves – especialmente nas categorias profissionais, como funcionários públicos e professores – nas quais o “assembleísmo” pôs em xeque a “negociação por representantes”.

Esta atitude, radicalmente democrática e coletivista, gera a desconfiança da massa diante dos parlamentares, para não falar no já mencionado “fosso” entre sociedade-massa e Estado.

Não obstante, seria incorreto deixar de perceber que, apesar das dificuldades que tais valores colocam para a institucionalização da vida democrática, elas revelam, no pólo positivo, a emergência de uma vontade renovadora da sociedade civil que recusa aceitar que a "abertura política" se estanque a nível de uma redemocratização baseada nos princípios individualista-liberais que salvaguardaram no passado a injustiça social, a desigualdade de classe e a dominação tradicional burguesa.

No vértice oposto do pensamento redemocratizador atual há também renovação. Refiro-me à assimilação do que está ocorrendo como tendência nos países de "democracia avançada" europeia, na esfera da participação e do controle do aparelho do Estado.

Se o ímpeto "basista" e de constituição de um sujeito popular coletivo para sustentar o novo sujeito histórico da democracia rompe os liames com a institucionalidade, o impulso reformador-democrático dos que aceitam a realidade contemporânea da onipresença do Estado desfaz as ilusões da possibilidade de uma democracia "da sociedade civil".

Caminhou-se menos, em termos de movimento político e de idéias democrático-reformadoras neste nível, mas caminhou-se. Existe em gestação um pensamento democrático que não se restringe à aceitação do jogo partidário parlamentar (embora o considere fundamental, tanto quanto a defesa da intangibilidade da pessoa e de seus direitos o é para a vertente anterior) como forma de justificar o ideário democrático.

Sem que exista a transparência da informação e do processo de tomada de decisões na empresa (privada ou do Estado) e na burocracia (*idem, ibidem*), e sem que existam mecanismos de participação e de controle envolvendo tanto os partidos quanto, de modo direto, os públicos interessados, o processo de democratização torna-se capenga e encontra pouca receptividade numa sociedade na qual o "privado", em sentido estrito, é débil diante do interesse organizado, corporativo e estatal.

Não creio que essas idéias, de modo rigoroso, sejam "novas". Mas a combinação delas e especialmente sua difusão no Brasil são, de fato, novas. Eu não diria que a redemocratização, com as características que começam a insinuar-se, pudesse ocorrer sem que houvesse, ao mesmo tempo, um choque entre um Brasil que se urbaniza e se industrializa e o arcaico conjunto de práticas e noções geradas pelo Estado autoritário. Tampouco, entretanto, diria que o processo atual de redemocratização tenha sido o "efeito esperado" dos referidos processos gerais de mudança social. Houve – na interseção entre "mudanças estruturais" não-programadas e práticas autoritárias sustentadas pelos grupos de poder – lutas sociais específicas, correntes universais de opinião que confluíram, lideranças e formas político-organizativas que se impuseram e "efeitos inesperados" que se mesclaram²⁷.

O processo político em curso é o resultado – às vezes programado, às vezes imposto, às vezes refeito pelas lutas sociais e políticas – de tudo isso. Resultado que, certamente, não poderia ter sido "qualquer outro"; mas que não precisaria, tampouco, ser "só este". E que no futuro, talvez, venha a ser "um outro".

NOTAS

- 1 – Associated dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, A. (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973.
- 2 – CARDOSO, F.H. & SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*. São Paulo. (23):33-80, 1979.
- 3 – PREBISH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Boletim Económico de América Latina* (original: E/CN.12(89) Rev.1, 27 abril de 1950), 7:1, 1962.
- 4 – WEFFORT, F.C. Notas sobre a "Teoria de Dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*. São Paulo. (1):1-24, 1971.
MARINI, R.M. Las razones de neodesarrollismo (o por que me ufano de mi burguesía). *Revista Mexicana de Sociología*, 40(78):57-109.
FERNÁNDEZ, R.A. & OCAMPO, J.F. The Latin-American revolution: a theory of imperialism, not dependence. *Latin-American Perspective*, 1(1), Spring, 1974.
- 5 – COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro (17), 1979.
- 6 – SINGER, P. Emprego e urbanização no Brasil. *Estudos Cebrap* (19), jan./mar. 1977.
FARIA, V. *Occupational marginality, employment and poverty in urban Brazil*, Cambridge, Harvard University, 1976 (tese de doutoramento).
HASENBALG, C. & VALLE SILVA, N. Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário "Oportunidades e limites da sociedade industrial periférica: caso do Brasil", Stanford, Berkeley Joint Center for Latin-American Studies; Nova Friburgo, RJ, IUPERJ, julho 1983.
SOUSA, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, Hucitec/Fucamp, 1981.
- 7 – LOPES, J.R.B. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Petrópolis, Vozes (Série Cadernos Cebrap nº 26), reed. 1981.
BRANT, V.C. Do colono ao bóia-fria; transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana. *Estudos Cebrap* (19), 1977.
MULLER, G. Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro. São Paulo, FFLCH, USP, 1980. Mimeo (tese de doutoramento).
- 8 – BACHA, E. Issues and evidence on recente brazilian economic growth, *World Development* 5(1 e 2):47-68, jan./feb. 1977.
BACHA, E & TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 1960's, facts, models, results and the cotroversy. Cambridge, mar. 1977. Mimeo.
- 9 – FRANK, A.G. The development of under development. *Monthly Review*, 18(4), 1966.
- 10 – HIRSCHMAN, A.O. *The strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press, 1958.
- 11 – CARDOSO, F.H. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis, Vozes (Série Cadernos Cebrap, nº 33), 1980, cap. 1 (ed. em português).
- 12 – CARDOSO, F.H. A crisma de São Bernardo. In: *Álbun memória de São Bernardo*. São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, 1981, p. 27-93.
- 13 – BOBBIO, N. *Gramsci e la concezione della società civile*. Milano, Feltrinelli, 1976.
- 14 – O'Donnell, G. Corporatism and the question of the State. In: MALLOY, J.M. (ed.). *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977. Ver ainda: Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritário, *Documento Cedes/G.E. Clacso*. Buenos Aires, Cedes (1), 1975.

- 15 – CARDOSO, F.H. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, D. (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção Estudos Latino-americanos (18):41-62, 1982.
- 16 – CARDOSO, F.H. Regime político e mudança social. *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, Cedec (3):7-27, nov./jan. 1981.
- 17 – SANTOS, W.G. dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1981.
- 18 – CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, cap. 5.
- 19 – STEFAN, A. O que estão pensando os militares. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2(2):2-8, jul. 1983.
- 20 – *Op. cit.* nota 19.
- 21 – CERRONI, Umberto. *Teoria del partido político*. Roma, Editori Reuniti, 1979. p. 13.
- 22 – *Op. cit.* nota 4, tradução: *O conceito da sociedade civil*, São Paulo, Graal, 1982. p. 26.
- 23 – INGRAO, P. *Massa e poder*. Livraria Ciências Sociais Editora, 1982.
- 24 – Quase 400 mil afiliados; mais de 600 diretórios organizados nos quais militam entre 20 a 30 mil eleitores.
- 25 – REIS, Fabio Wanderley. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário no Brasil. In: SORJ, B. & TAVARES DE ALMEIDA, M.H. (ed.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 62-86.
- 26 – MAC PHERSON, C.B. *The political theory of possessive individualism*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- 27 – Dei o exemplo de uma “legislação eleitoral autoritária” que dinamizou partidos mais expressivos; poderia dar outro exemplo: o do desinteresse oficial pela manipulação dos sindicatos nos governos militares, que abriu espaço para um aproveitamento mais eficiente em benefício dos trabalhadores de garantias trabalhistas, através dos sindicatos e de seus advogados, bem como para que o espaço sindical fosse ocupado, em certas categorias, por líderes sindicais autênticos.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?